

Plenário vota hoje a reforma da Previdência

Também está na pauta projeto de Flaviano Melo que procura acelerar a reforma agrária, estabelecendo que a Justiça não levará em conta alterações em propriedade vistoriada

O plenário do Senado vota hoje, em primeiro turno, a reforma da Previdência. A proposta já esteve em plenário, quando recebeu 49 emendas, das quais o relator Beni Veras aceitou integralmente quatro e parcialmente seis. Também deverá ser votado projeto do senador Flaviano Melo que procura acelerar a reforma agrária, estabelecendo que a Justiça não considerará qualquer alteração em propriedade depois de realizado levantamento pelo Incra. **Página 3**

Homenagem a Madre Teresa



Voto de profundo pesar pelo falecimento de **Madre Teresa de Calcutá** foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. Autor do requerimento, Pedro Simon (*foto*) previu que o processo de canonização da religiosa será um dos mais rápidos já feitos pela Igreja. **Página 8**



A subcomissão da CAE vai aos estados levantar informações sobre a concessão de incentivos a empresas

Debate sobre energia tranquiliza

A interligação Norte-Sul do sistema elétrico é um dos itens mais importantes do programa Brasil em Ação e deverá custar US\$ 738 milhões, afirmou o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O presidente da comissão, Freitas Neto, disse que o debate tranquilizou os senadores. **Página 8**



A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ouviu o ministro Brito (*foto menor*)



Senado busca verdade sobre "guerra fiscal"

A subcomissão que investiga a concessão de incentivos fiscais aos estados - a chamada "guerra fiscal" - irá buscar nos próximos 15 dias, junto aos secretários de Fazenda e às assembleias legislativas, todas as leis e contratos que contenham renúncia fiscal. "Podemos não conseguir tudo, mas vamos trazer o que for possível", assegurou o senador Wilson Kleinübing, relator da subcomissão.

A falta de informações sobre o assunto foi levantada pelo presidente do Ipea, Fernando Rezende, durante audiência pública realizada pela subcomissão. Já o coordenador-geral de estudos setoriais do Ipea, Ricardo Varsano, considerou que a "guerra fiscal" é maléfica para o país, pois propicia a concentração industrial nos estados mais poderosos. **Página 2**

CAE começa a investigar renúncia fiscal dos estados

Nos próximos quinze dias, os nove senadores da subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais irão buscar junto aos secretários de Fazenda e às assembleias legislativas todas as leis e contratos que contenham renúncia fiscal. O anúncio foi feito ontem pelo relator da subcomissão, senador Vilson Kleinübing (PFL-SC). "Podemos não conseguir tudo, mas vamos trazer o que for possível", disse ele.

Kleinübing acrescentou ser necessário que se lembre que contratos sem base legal - "espíritos", apelidado por Roberto Requião (PMDB-PR) - podem deixar de ser cumpridos pelos pró-



Kleinübing: caça aos contratos

ximos governadores.

A falta de informações sobre o assunto foi levantada pelo presidente do Ipea, Fernando Rezende, durante audiência pública realizada pela subcomissão. Rezende disse acreditar que, se for quantificada a relação custo/benefício da concessão dos incentivos fiscais pelos estados em um prazo de quatro a cinco anos, se chegará à conclusão de que os custos são maiores. Ele observou, entre-

tanto, que está difícil reunir os números para se trabalhar nessa análise empírica, já que cada vez mais o que conta não é a legislação - pública, transparente -, mas sim os contratos e protocolos que não são divulgados publicamente.

Também debateu o tema o coordenador-geral de estudos setoriais do Ipea, Ricardo Varsano, para quem a "guerra fiscal" é maléfica para o país, pois "os estados mais poderosos economicamente vencem" e acaba havendo concentração industrial, e não desenvolvimento regional". Participaram dos debates Fernando Bezerra (PMDB-RN), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Waldeck Ornelas (PFL-BA), Esperidião Amin (PPB-SC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Bello Parga (PFL-MA), Requião e Kleinübing.

CAS aprecia projeto de Osmar Dias, hoje

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida por Ademir Andrade (PSB-PA), reúne-se hoje, às 10h, para apreciar, entre outras matérias, o projeto de Osmar Dias (PSDB-PR) que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e o de Fernando Bezerra (PMDB-RN) que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência. Também às 10h, a Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania reúne-se para apreciar extensa pauta, onde figura proposta de emenda de José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos da cesta básica.

A Coordenação de Relações Públicas do Senado, com o apoio do Minc, promove hoje, às 12h, no Auditório Petrólio Portella, o lançamento do Projeto Cultura ao Meio-Dia - Cinema, com a projeção do filme *Tieta do Agreste*, de Cacá Diegues.

Medidas provisórias em pauta no Congresso

O Congresso Nacional realiza hoje, às 10h, sessão conjunta para apreciar diversas medidas provisórias, destacando-se a de nº 1.508-20, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos e dispõe

sobre o período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Serão discutidos ainda vários projetos de lei autorizando o Executivo a abrir ao Orçamento da União créditos especiais.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 10h - Presidência Sessão do Congresso Nacional
- 15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
- 18h - Participa do lançamento do livro *Testemunho Político*, de autoria do jornalista Murilo Melo Filho, *Salão Negro do Congresso Nacional*

PLENÁRIO

- 10h - Sessão do Congresso Nacional
- Pauta: Apreciação de medidas provisórias
- 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
- Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Votação em primeiro turno da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição; "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de Previdência Social, instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; "Substituto da Câmara ao PLS nº 318/91 - Complementar, que determina os casos em que forças estrangeiras podem transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente; e "Projeto de Resolução nº 96/97, que autoriza o governo do Brasil a rescalonar os créditos brasileiros junto à República do Suriname.

COMISSÕES

- 10h - Comissão de Assuntos Sociais
- Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa
- 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 48/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo;

"PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: "o senador Gilvam Borges requer à comissão a realização, pelo Tribunal de Contas da União, de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial no Banco Central do Brasil, para apurar as irregularidades responsáveis pela liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Amapá S/A, através do Ato Presi nº 728/97; "o senador Onofre Quinan requer seja remetido para análise do Tribunal de Contas da União o Contrato nº 70/93, firmado entre a Empresa KS Engenharia e Informática Ltda. e o Senado Federal, a fim de que seja examinado por aquela egrégia corte a exatidão dos cálculos ali contidos; "o senador Gilberto Miranda requer a criação, no âmbito desta comissão, de subcomissão permanente destinada à fiscalização das entidades fechadas de previdência privada (fundos de pensão), que tenham como patrocinador a União e o Sistema Financeiro Nacional; "o senador Ernandes Amorim requer a constituição de uma subcomissão para examinar a natureza das operações realizadas entre o governo do estado, a Centrais Elétricas de Rondônia S/A, a Eletrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, valores, prazos, condições e garantias; capacidade econômico-financeira para o lançamento de debêntures e a necessidade e oportunidade de privatização da Centrais Elétricas de Rondônia, em razão da realidade social e econômica do estado; e discussão de medidas a serem tomadas pela comissão em relação à Encol e bancos oficiais e ao Cade e seguro-saúde. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

- 12h - Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal
- Pauta: Lançamento do Projeto Cultura ao Meio-Dia - Cinema, com a projeção do filme *Tieta do Agreste*, de Cacá Diegues. *Auditório Petrólio Portella*

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho
 Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciê da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
 Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
 Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
 Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro
 Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211
 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Projeto que busca acelerar a reforma agrária em votação

O plenário deve votar hoje, após a votação da reforma da Previdência, projeto de lei de Flaviano Melo (PMDB-AC) que procura acelerar a reforma agrária. A matéria estabelece que a Justiça não considerará qualquer alteração em uma fazenda depois que o Incra fizer levantamento da área, para efeito de reforma agrária. O objetivo é impedir donos de propriedades improdutivas de dividirem a fazenda ou realizar investimentos para que ela passe a ser produtiva.

Osmar Dias (PSDB-PR), pela Comissão de Assuntos Econômicos, e Regina Assumpção (PTB-MG), pela Comissão de Constituição e Justiça, deram parecer à proposta, aceitando algumas emendas. Osmar pretende reduzir de dois anos para 90 dias o prazo em que o proprietá-



Flaviano: pressa na reforma

rio não poderá fracionar ou fazer investimentos na fazenda. Em seu projeto, Flaviano Melo estabelece esse prazo em dois anos.

Osmar Dias explicou que o presidente da República já baixou medida provisória com a mesma finalidade, prevenindo esse prazo em 180 dias. Para ele, esse fase de "interdição" deve se reduzir a três meses, pois um tempo elevado trará prejuízos às fazendas produtivas que tenham sido vistoriadas pelo Incra.

Quatro de setembro vira festa na Bahia

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) informou ontem que o estado da Bahia incluiu no calendário de festas populares o dia 4 de setembro, data de aniversário do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Segundo Waldeck, o povo baiano reitera, assim, seu apoio, carinho e admiração pelo presidente do Congresso Nacional.

Waldeck Ornelas disse que Antonio Carlos Magalhães

"tornou-se o grande líder do estado da Bahia nesta metade do século XX, responsável pelas profundas transformações políticas, administrativas, culturais, econômicas e sociais que o estado passou nos últimos tempos".

Ele lembrou, ainda, a atuação de Antonio Carlos Magalhães como prefeito, governador (por três mandatos) e ministro, assinalando que o presidente do Senado "é um político com vasta folha de serviços prestados à sua terra e a seu povo".

Waldeck Ornelas citou a carta endereçada a Antonio Carlos Magalhães pelo escritor Jorge Amado - publicada pelo *Jornal do Brasil* no último dia 7 - que diz: "Somos do teu tempo e da tua terra e, como se isso não bastasse, gozamos da tua amizade e da amizade dos que te cercam".



Waldeck: folha de serviços

Substitutivo de Beni Veras acaba com a aposentadoria proporcional e introduz redutor de 30% para servidor que vai para a inatividade

Senadores votam hoje a reforma da Previdência

O plenário do Senado vota hoje à tarde, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que muda o sistema de previdência social. O projeto já esteve em plenário, quando recebeu 49 emendas. Dessas, o relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), aceitou quatro integralmente, seis parcialmente e rejeitou as outras 39.

Muitos senadores pretendem pedir votação em destaque das emendas rejeitadas por Beni Veras na CCJ. Após essa votação, a reforma da Previdência terá de ser submetida ao plenário para um segundo turno de discussão e

votação, devendo receber nas duas três quintos dos votos para ser aprovada.

Em linhas gerais, o substitutivo de Beni Veras introduz no país o critério de idade mínima para quem quer se apos-

sentar (60 anos homem e 55 mulher), acaba com a aposentadoria proporcional no serviço público e introduz um redutor de 30% na remuneração de funcionário que vai para a inatividade.



Beni Veras acolheu 10 emendas à proposta

Gilvam requer auditoria do TCU no Banco Central

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador João Rocha (PFL-TO), reúne-se hoje às 17h para apreciar requerimento do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) solicitando a realização, pelo Tribunal de Contas da União, de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial no Banco Central do Brasil, para apurar as irregularidades responsáveis pela liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Amapá S/A.

Também consta da pauta da reunião requerimento de Onofre Quinan (PMDB-GO) solicitando que seja remetido para análise do Tribunal de Contas da União o contrato firmado entre a empresa KS Engenharia e Informática Ltda. e o Senado Federal, a fim de que seja examinada a exatidão dos cálculos ali contidos.

Outro requerimento, de Gilberto Miranda (PFL-AM), propõe a criação de uma subcomissão permanente destinada à fiscalização das entidades fechadas de previdência privada (fundos de pensão) que tenham como patrocinador a União e o Sistema Financeiro Nacional.

Já Ernandes Amorim (PPB-RO) propõe a constituição de uma subcomissão para examinar a natureza das operações realizadas entre o governo do estado, a Centrais Elétricas de Rondônia S/A, a

Eletrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, valores, prazos, condições e garantias; capacidade econômico-financeira para o lançamento de debêntures e a necessidade e oportunidade de privatização da Centrais Elétricas de Rondônia.

A comissão discute, ainda, as medidas a serem tomadas em relação à construtora Encol e bancos oficiais; e ao Cade e seguro-saúde.



Gilvam quer esclarecer o caso do Banco do Amapá

Preocupados com a violência dos sem-terra, representantes dos produtores rurais denunciaram ao presidente do Senado a ruptura da legalidade e o descumprimento sistemático de ordens judiciais no campo

Agressões no Paraná levam produtor a ACM



José Ignácio: advogados pediram

Projeto sobre controle do FGTS visa reduzir fraude

Aprovado em caráter temporário, foi enviado à Câmara projeto do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) que vincula a homologação dos acordos trabalhistas sobre concessão de seguro-desemprego ao pagamento integral ao empregado das verbas rescisórias devidas por dispensa sem justa causa.

O projeto determina ainda que a movimentação da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em decorrência de acordo, será autorizada somente mediante alvará judicial, expedido se o empregador, na conciliação, concordar com o pagamento da multa de 40% do valor dos depósitos, em benefício do empregado.

José Ignácio Ferreira disse que a medida atende aos anseios de muitos advogados e estudiosos do Direito que percebem, na prática forense trabalhista, a efetivação "de acordos de fachada, sem qualquer base na realidade e nas razões efetivas da quebra da relação de emprego".

- Com as restrições que a proposição pretende impor aos acordos judiciais, esperamos contribuir para a estabilidade no emprego, impedir que o empregado se sinta atraído pela renda sem trabalho do seguro-desemprego e pela utilização precipitada da poupança (muitas vezes a única que possui) representada pelo FGTS - explicou.

Representantes dos produtores rurais brasileiros denunciaram ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a "escalada da violência no campo e a ruptura da legalidade, com invasões de propriedades, agressões contra proprietários rurais e seus empregados no Paraná, além do descumprimento sistemático de ordens judiciais para reintegração de posse", informou o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antonio De Salvo. Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Lúcio Coelho (PSDB-MS) e Romeu Tuma (PFL-SP) acompanharam os representantes do Movimento Nacional de Produtores Rurais em seu encontro com Antonio Carlos Magalhães.

O presidente do Senado, segundo os representantes dos produtores rurais, manifestou-se "solidário com os atingidos pela violência e defendeu o absoluto respeito à lei, prometendo ficar atento ao problema no âmbito do Legislativo".

Os coordenadores do movimento entregaram documento a Antonio Carlos Magalhães comunicando a criação formal do Movimento Nacional dos Produtores Rurais, decidida em março último por iniciativa da Confederação Nacional da Agricultura, da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, da Sociedade Rural Brasileira e da Organização das Cooperativas Brasileiras. Também relataram as gestões por eles desenvolvidas junto a órgãos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, visando "à paz e ao desenvolvimento do campo".

FALTOU SENSATEZ

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que faltou "razão e sensatez" às últimas declarações do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que havia acusado o Congresso de manter "relação incestuosa" com o governo, na votação das reformas.

- Eu acho que ele é um bom ministro, calado, mas quando fala é um desastre - afirmou.



Produtores foram acompanhados por três senadores



Siqueira cumprimentou Antonio Carlos pelos 70 anos

Antonio Carlos Magalhães reagiu à intervenção do governador de São Paulo, Mário Covas, que teria afirmado que "o Motta tem que falar".

- Ele devia nomeá-lo secretário em São Paulo, em vez de ministro do Fernando Henrique - acrescentou.

O presidente do Senado considerou a declaração ofensiva não ao Congresso, mas ao próprio governo, pois, "para haver uma relação incestuosa, só pode ser com o governo. Nesse caso, quem faz incesto é o governo, e não o Congresso". E assinalou a

falta de oportunidade da manifestação do ministro: "Nada disso é útil ao presidente Fernando Henrique, que é, a meu ver, o responsável pelo ministro. Como o regime não é parlamentarista, não nos cabe utilizar nossa ação contra o ministro Sérgio Motta. Isso é um problema do presidente Fernando Henrique".

A respeito de seu encontro com o presidente, na manhã de ontem, o senador disse que atendeu a convocação dele para conversar sobre a tramitação de matérias no Senado, como Previdência, ha-

bitação e lei eleitoral.

- Nós fomos ouvir o presidente da República, mas não segui-lo, porque nós agimos com independência - acrescentou.

GOVERNADOR

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu também pela manhã o governador do Tocantins, Siqueira Campos, que foi fazer uma "visita de cortesia e aproveitar a oportunidade para cumprimentar o senador pelo seu aniversário", como informou à saída.

Alcântara destaca relações Brasil-Portugal

Invocando a língua e a cultura comuns entre Brasil e Portugal, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse, na sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao presidente português, Jorge Sampaio, realizada segunda-feira, que esses laços históricos traduzem perspectivas animadoras para que os dois países realizem negócios promissores num mundo globalizado. Em sua opinião, a formação de blocos regionais de países não é motivo para Brasil e Portugal se darem as costas, porém mais uma razão para solidificarem a mútua cooperação.

Ao pregar uma maior integração entre os dois povos, ele afirmou que "óbices circunstanciais não podem comprometer nossa empresa comum". Conforme Lúcio Alcântara, o momento é de se criar soluções técnicas para superar os conflitos ocorridos nas polícias de aeroportos e na autorização para o exercício profissional, cujo paradigma, a seu ver, é o caso dos



Alcântara: nova era nas relações

odontólogos brasileiros que trabalham em Portugal. Na opinião do senador, esse impasse "se arrasta em clima de desgastante contencioso bilateral, como a testar o fervor de nossa amizade".

Ele também se referiu ao fato de a Assembleia da República Portuguesa ter negado, no bojo de uma reforma constitucional, a ampliação de direitos políticos a brasileiros residentes em Portugal, mas não considerou isso relevante. No entender de Lúcio Alcântara, no campo das relações internacionais, "o importante é apostar com ousadia na construção de um futuro comum".

O senador acha que a globalização do comércio e das transações financeiras tem impulsionado o intercâmbio entre os dois países. Mas, ao lembrar a estabilidade econômica e a abertura comercial realizadas pelo Brasil, Lúcio Alcântara ressaltou que a integração de mercados mais amplos a partir do comércio entre as duas nações ainda é incipiente se considerarmos o seu potencial. "Há um esforço maior a ser por ambos despendido", disse o parlamentar.

Lúcio Alcântara reconheceu que a determinação brasileira de inaugurar uma nova era nas relações Brasil-Portugal, inspirada nos propósitos do presidente Fernando Henrique Cardoso, "torna animadoras as possibilidades de cooperação em pesquisas e tecnológicas e na formação de parcerias tanto nos setores públicos quanto privados". Para o senador, num mundo globalizado, Brasil e Portugal têm um destino comum a compartilhar.

Região comunga as mesmas dificuldades do Nordeste, entre as quais a seca prolongada, argumenta senadora, lembrando que o presidente Fernando Henrique está de acordo com o pleito da população

Júnia defende Jequitinhonha na Sudene

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem que a inclusão do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, na área de atuação da Sudene, conforme prevê projeto de sua autoria que será apreciado hoje pela Câmara dos Deputados, permitirá que seja resgatada da miséria aquela região, conhecida nacionalmente como o "Vale da Pobreza".

- A nossa expectativa é a de resgatar as palavras de Juscelino Kubitschek,

que, na inauguração da Sudene, disse que o Brasil não poderia continuar tendo desequilíbrios sociais - assinou. A aprovação desse projeto vai possibilitar ao Vale do Jequitinhonha saltar para o desenvolvimento econômico e social - acrescentou.

A senadora informou que o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando de sua visita à cidade de Diamantina, Minas Gerais, disse que estava disposto a sancionar o projeto que inclui o Vale do Jequitinhonha na

área de atuação da Sudene.

Júnia Marise destacou dados oficiais segundo os quais 45% da população do Vale do Jequitinhonha são de analfabetos, a mortalidade infantil registrada nessa região atinge 80% e existe apenas um médico para atender 10 mil habitantes.

Conforme a senadora, 31,7% da população do Vale do Jequitinhonha ganham a metade de um salário mínimo, apenas 29% da população têm casas abastecidas de rede de água, e 30% das

moradias da região são feitas de puro barro.

Júnia Marise lembrou, ainda, que a seca castiga a região praticamente o ano inteiro. Por tudo isso, observou a senadora, a população do Jequitinhonha alimenta o sonho de se integrar à Sudene.

A senadora reportou-se a matérias da imprensa e do *Jornal Nacional*, da TV Globo, mostrando os efeitos da seca na região e o quadro de miséria e abandono do Vale do Jequitinhonha.



Júnia: resgatar JK

Suplicy questiona governo por "negligenciar" renda mínima

Após comentar recentes declarações do presidente da República sobre a meta de garantir educação para 2,7 milhões de crianças que ainda se encontram fora da escola, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que esse objetivo seria facilmente atendido com a execução de um programa que garantisse renda mínima para quem tivesse criança em idade escolar.

Para Suplicy, apesar de Fernando Henrique Cardoso mostrar-se preocupado com a universalização do direito ao ensino, não existe da parte do governo nenhum esforço para apressar a aprovação definitiva do projeto de sua autoria, votado no Senado em 1991 e ainda sujeito à deliberação da Câmara.

- Quando o projeto aqui foi



Suplicy: falta empenho

aprovado, o então senador Fernando Henrique Cardoso qualificou-o como a utopia realista, mas por que razão o governo agora não encontra um meio de dar mais crédito ao programa de renda mínima como deu ao Proer? - questionou, referindo-se à declaração do chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, de que a União não dispõe de recursos suficientes para instituir um programa de

garantia de renda mínima, a não ser em termos limitados.

- O presidente Fernando Henrique Cardoso não gosta da comparação entre a demanda dos excluídos e os recursos destinados ao Proer, mas, quando demora a agir na área social, não é à toa que surgem fatos graves como os do Paraná, esta semana - salientou.

Suplicy reportava-se a torturas praticadas por trabalhadores sem-terra contra fazendeiros e esclareceu que também não concorda com esse tipo de violência. Mas advertiu: "Essas ações resultam da demora do governo em acelerar a reforma agrária, atendendo quem quer ter o direito de lavrar a terra". O senador Lauro Campos (PT-DF) o aparteu para apoiar sua pressa com as reformas sociais.

Cabral lamenta morte de d. Gino

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lamentou em plenário, ontem, a morte do segundo bispo de Parintins (AM), dom Gino Malvestio, de 59 anos. Italiano, filho de camponeses e que estudou em seminários de Monza e de Milão, dom Gino Malvestio chegou à prelazia de Parintins há 32 anos, tendo sido reitor do seminário da cidade. Nes-

se período, ele esteve na Itália de 72 a 82, incumbido de dirigir o Seminário do Pontifício Instituto das Missões em Sotto Il Monte, a casa onde morou o papa João XXIII.

Segundo Cabral, dom Gino marcou seu trabalho pela busca permanente do diálogo com as outras religiões. "Estimulou as pastorais e incentivou os movimentos", disse o senador.



Cabral: homenagem ao bispo

TV SENADO HOJE

- 7h - Entrevista com o senador Jefferson Péres sobre o direito de ação das microempresas no juizado especial
- 8h - Debate entre a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e a deputada federal Alzira Everton (PSDB-AM) sobre a paternidade responsável e a gratuidade do exame de DNA nos processos de reconhecimento de paternidade
- 9h30 - Entrevista com o senador Jefferson Péres (reapresentação)
- 10h - Sessão do Congresso Nacional (ao vivo)
- 14h30 - Sessão plenária ao vivo
- Em seguida - Comissão de Fiscalização e Controle
- 20h30 - Noticiário "Congresso Hoje"
- 20h40 - Sessão Plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 1h - Debate sobre paternidade responsável (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Reunião da Comissão de Assuntos Sociais
- Pauta: projeto que regulamenta a profissão de classificador de produtos vegetais
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 2h55 - Música e informação até as 7h30

Senadora disse que tanto o Banco do Brasil quanto a Caixa Econômica Federal não cumpriram seu papel no caso da Encol e devem responder solidariamente pelos danos aos compradores

Benedita acusa bancos oficiais

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil devem responder solidariamente pelos danos causados aos mutuários e trabalhadores da Encol. "Não resta dúvida de que, se esses dois agentes financeiros tivessem observado as determinações da lei, jamais teriam ocorrido as mazelas praticadas pela Encol", argumentou.

De acordo com a senadora, essas entidades públicas deveriam ter vistoriado e fis-

calizado as obras "para efeito de comprovação da aplicação de recursos do empréstimo". Benedita considerou absurdo que a empresa tenha mantido, entre 1992 e 1996, um "caixa dois" por meio do qual "desviou o dinheiro dos mutuários e até o salário dos seus funcionários", sem que isso tivesse sido detectado pelos agentes financeiros.

Ela defendeu a necessidade de uma negociação "que proteja os direitos dos milhares de compradores dos imóveis da Encol". Na opinião de

Benedita da Silva, sendo o poder público um dos responsáveis pela crise, a solução mais justa seria o financiamento direto entre os mutuários e a Caixa Econômica Federal. No entanto, conforme afirmou, não há respaldo jurídico para adoção de tal medida.

- É condição indispensável que os inquéritos abertos sejam concluídos e os responsáveis exemplarmente punidos, para que essa licenciosidade tenha fim no Brasil - concluiu a senadora.



Benedita: pelos mutuários

Ademir alerta para revolta popular no interior do Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem ao plenário que os moradores da cidade de Oriximiná (PA) estão ameaçando interditar o tráfego de embarcações pelo rio Trombetas, afluente do Amazonas, caso o governo paraense não cumpra a promessa de restabelecer o fornecimento de energia elétrica ao município, às escuras há um mês.

A atitude é inédita no país, conforme o senador, e afetará o transporte de minério de bauxita, transformado em alumínio pela Albrás-Alunorte. O minério é extraído pela Mineração Rio do Norte. Ademir Andrade lem-



Ademir: governador não cumpriu

brou que há cerca de duas semanas o governador do Pará, Almir Gabriel, prometeu que o problema da energia elétrica seria resolvido, "mas até agora não fez nada".

Além de interditar o transporte pelo rio Trombetas, a população ameaça também fechar órgãos públicos e bancos de Oriximiná, acrescentou o senador. Ademir Andrade disse que a energia elétrica da cidade, fornecida por geradores movidos a óleo diesel, tem sido suficiente apenas para movimentar bombas da companhia de águas.

- Lamento que o governo da "social-democracia" aja dessa forma, num total desrespeito à coletividade, que se vê sempre obrigada a ações radicais para fazer valer seus direitos. Estamos solidários com a população de Oriximiná - frisou.

Jonas lembra Dia do Médico Veterinário

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) registrou a passagem do Dia do Médico Veterinário, ontem, destacando a contribuição à saúde pública prestada por esse profissional. Segundo afirmou, ao atuar na prevenção e combate às zoonoses e zelar pela qualidade dos produtos alimentícios de origem animal, os médicos veterinários tomaram-se "verdadeiros guardiões da

saúde do homem contra as doenças".

A importância do trabalho do veterinário foi destacada pelo senador com dados do rebanho brasileiro - 160 milhões de cabeças de gado bovino, 40 milhões de suínos, 20 milhões de eqüinos, 12 milhões de ovinos e 10 milhões de caprinos - além de se constituir no segundo parque industrial avícola do mundo.



Jonas: profissional importante

Rocha apela por servidor sem salário

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) dirigiu ontem apelo ao governo federal para que, através do Banco Central e dos ministros da Fazenda e da Administração Federal, encontre uma solução para o caso dos 4 mil servidores federais no Amapá que deixaram de receber, este mês, seus salários em consequência do fechamento do Banap, o banco do estado, que se encontra em processo de liquidação pelo Banco Central.

Conforme o senador, na véspera da decretação da liquidação do Banap, dia 2 de setembro, o Tesouro Nacional transferira para esse banco R\$ 1,6 milhão para o pagamento daqueles servidores federais do estado. No entanto, conforme explicou, com a liquidação do banco, esses ativos, que correspondiam a 70% do pagamento dos funcionários, foram incorporados ao patrimônio do banco e "desapareceram".

- O mais impressionante é que o Banco Central se nega a apontar uma solução para o caso, embora se trate de recursos para pagar servidores. O Mare também não tem uma solução e o Ministério da Fazenda desconhecia que o dinheiro tinha sumido no processo de liquidação - afirmou.

Sebastião Rocha disse que os servidores estão "desesperados" porque não há uma perspectiva de prazo para que possam receber seus salários, o que deveria acontecer até hoje. Além disso, assinalou, "eles não têm nenhuma culpa pelo que aconteceu no banco".



Sebastião Rocha: dinheiro sumiu



Freire: conceito sempre em alta

Freire presta homenagem a Giocondo

O senador Roberto Freire (PPS-PE) prestou ontem homenagem em plenário à memória de Giocondo Dias, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro, pelo décimo aniversário de sua morte.

- Figura simples e sem afetações, dono de rara sensibilidade humana para as coisas da política, autodidata e estudioso dos maiores pensadores e ativistas. Giocondo é daquelas pessoas que, quanto mais o tempo passa, mais ele cresce em nosso conceito - disse o senador.

Depois de lembrar que Giocondo Dias passou 46 anos dos seus 74 anos de vida na clandestinidade, na prisão ou no exílio, Freire assinalou que "sua vida e sua luta influenciaram os destinos do PCB, a nossa ação política, que ajudou este país, particularmente na reformulação feita ao se definir a questão democrática como algo universal", observou.

Anúncio do estado foi retirado do ar; no Paraná, porque superestimava a geração de empregos, segundo o senador

Requião diz que governo falseia a realidade na TV

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou ontem a prática, a seu ver adotada por governadores, prefeitos e pelo próprio presidente da República, de divulgar pela mídia uma realidade idealizada, incompatível com o que os brasileiros enfrentam em sua rotina diária. Ele chamou isso de *imagologia* e a definiu como "a prática de fazer com que a realidade tenha uma leitura virtual através das telas de televisão".

Liga-se a televisão e existe um Brasil formulado pela propaganda, um Brasil que, de repente, traduz o Plano Real pela palavra da autoridade mais alta como o Plano da Dentadura. Talvez onde ouvimos *dentadura*, tenha-se inadvertidamente pronunciado a palavra em substituição a *ditadura* - salientou.

Requião disse referir-se à "ditadura das medidas provisórias e à ditadura da não-discussão com o Congresso". Ele lembrou que o presidente da República queixou-se porque Luiz Ignácio Lula da Silva não quis sentar-se para discutir a razão da venda da Companhia Vale do Rio Doce. E ironicamente afirmou que "essa era uma confissão que seguramente Sua Excelência só faria a Luiz Ignácio Lula da Silva, porque ao Congresso não o fez".



Requião: "imagologia" em voga

Conforme Requião, o presidente da República tem que falar é com o Congresso Nacional, pois é este o Poder que representa o povo, via Câmara dos Deputados, e as unidades da Federação, por intermédio do Senado. Ele declarou não acreditar que "a ausência da democracia esteja numa conversa-tête-à-tête do presidente da República com o líder das oposições", e lamentou que tudo se construa neste país "dentro da filosofia da imagologia".

A esse propósito, ele acentuou que no Brasil se traduz como um milagre do desenvolvimento a instalação de montadoras de automóveis vindas de outros países. Ele explicou que, robotizadas, essas indústrias não são capazes de multiplicar os empregos, como muitos pensam. "Aliás, o efeito é desmultiplicador; a política automotiva do governo fede-

ral sacrifica cerca de 3.200 indústrias de autopeças em São Paulo, das 3.500 existentes, e cerca de 147 mil operários do setor metal-mecânico perdem o seu emprego."

Roberto Requião disse que o governador do seu estado, Jaime Lerner, está transformando a indústria automobilística "na bandeira maior do seu governo". Ele informou que contratos secretos não são publicados, como se algum desses documentos tivesse validade antes da publicação. Nas informações vazadas pela imprensa sobre esses contratos, ele disse verificar que o Paraná "está praticamente dando fábricas de presente ao capital multinacional".

O senador assinalou que, em seu estado, viu pela televisão o governo anunciar a instalação de três fábricas de automóveis, com a promessa de que elas produzirão 480 mil empregos. Para Requião, por serem robotizadas, elas resultarão apenas em mais dois ou três mil empregos, daí por que, ao desligar-se a TV, verifica-se que "o governo não existe". Ele informou que o Conar já retirou um desses anúncios governamentais do ar. Na opinião do senador, com a televisão ligada, "a imagologia faz com que o povo sonhe exatamente os sonhos que o governo deseje que ele sonhe".

Tebet apóia mutirão de Iris para soltar presos com pena leve

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou em plenário, ontem, o ministro da Justiça, Iris Rezende, pelo anúncio de um mutirão a ser realizado pelo governo federal em conjunto com o Judiciário para a libertação de 15 mil detentos que cumprem penas leves. Conforme informou, a medida foi anunciada segunda-feira, depois de uma reunião de Iris Rezende com representantes de promotorias, tribunais e secretarias de Justiça.

Tebet disse que ficou definido o início do mutirão para a primeira semana de novembro, em todos os estados, com verbas do Ministério da Justiça. Ele citou dados do Censo Penitenciário indicando que existem no país, hoje, 150 mil presos para 65 mil vagas, sendo que muitos destes já cumpriram sua pena ou já têm direito à liberdade condicional.



Tebet: penas alternativas

O senador defendeu também o projeto de lei que amplia de um para quatro anos o período de reclusão que pode ser substituído por penas alternativas. "É inconcebível que presos com pena de até quatro anos fiquem na mesma cela que os condenados por crimes hediondos", argumentou Tebet.

Em apêndice, os senadores Romero Jucá (PFL-RR), Valmir Campelo (PTB-DF) e Lúdio Coelho (PSDB-MS) também elogiam a medida do ministro da Justiça.

Jucá: é preciso buscar a recuperação social

O senador Romero Jucá (PFL-RR) defendeu ontem a construção de colônias agrícolas como solução para a superlotação dos presídios. A seu ver, "é preciso fazer das prisões estabelecimentos onde se busca a recuperação social dos condenados".

Na sua opinião, um exemplo do que pode ser feito é o presídio da Papuda, no Distrito Federal, onde presos cultivam 350 dos 860 hectares da área da antiga fazenda. O senador destacou também programas como oficinas de costura, marcenaria, serigrafia e uma padaria, que ocupam mais de 1.600 detentos.

Segundo Jucá, o trabalho dos presos na Papuda também traz outros benefícios, como a redução de um dia de pena para cada três dias trabalhados e o recebimento de um salário mínimo mensal, dividido entre o detento, a família e uma caderneta de poupança que o auxiliará ao sair da prisão.



Jucá: Papuda é bom exemplo

Para o senador, "a superlotação das penitenciárias é um acinte aos direitos humanos e uma negação de qualquer possibilidade de recuperação". Para ele, "essa realidade deriva de dois fatos sociais: por um lado, a população de baixa renda, desassistida em termos de educação, saúde e segurança, e por outro a classe média e alta, que dificilmente vai para cadeia".

- Essa gente, que deveria ter uma consciência crítica mais aguçada sobre a dignidade da pessoa humana, mesmo de criminosos, nada faz porque sente que a problemática das prisões não a atinge - concluiu.

Palmeira registra morte de ex-deputado

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) registrou o falecimento do ex-deputado alagoano José Alves de Oliveira, ocorrido no último dia 13, dizendo que não se tratava apenas de "um profissional de reconhecida competência, mas de um político de extraordinária atividade, um funcionário diligente, sempre preocupado com os destinos de sua terra".

Ele elogiou a atuação do político alagoano durante os mandatos de deputado estadual e federal, afirmando que o mesmo contribuiu para "a modernização do processo legislativo" como integrante do grupo de trabalho que estudou a reforma do Regimento In-



Palmeira: homenagem póstuma

terno da Câmara.

Palmeira lembrou que, quando governou Alagoas, José Alves de Oliveira foi secretário de estado, bem como nas administrações de Lamenha Filho e Geraldo Bu-

lhões, períodos em que criou a Secretaria de Administração, o Centro de Aperfeiçoamento e Treinamento do Pessoal em Alagoas e a Fundação Instituto de Administração Municipal (Fidam).

- Tenho certeza de que, aos 58 anos de idade, ainda teria muito a contribuir com Alagoas, que foi sua permanente devoção como político e sua insubstituível paixão como homem público. Ao fazer esse registro, transmito à sua família os meus mais sentidos pésames e a certeza de nossa constante e perene admiração - disse.

Ministro de Minas e Energia expõe na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado o programa do governo que evitará colapsos de energia, principalmente na região Sudeste

Brito explica matriz energética

A interconexão dos sistemas elétricos do Norte-Nordeste com o do Centro-Oeste/Sudeste/Sul, também conhecida por interligação Norte-Sul, é um dos projetos mais importantes do programa Brasil em Ação, e o custo total de sua implantação é estimado em US\$ 738 milhões. A afirmação foi feita pelo ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, durante exposição na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado (CI), para debater a questão relacionada à matriz energética brasileira.



Raimundo Brito disse que Maranhão, Tocantins, Goiás e o DF serão beneficiados

Conforme o ministro, o projeto deverá estar concluído em dezembro de 1998 e, além de beneficiar diretamente os estados do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e o Distrito Federal, o

programa permitirá completar a ligação da maior parte do sistema elétrico brasileiro, para evitar colapsos de energia, especialmente na região Sudeste.

O projeto consiste na construção de uma linha de transmissão, em 500 KV, com capacidade de transporte de 1.000 MW, ligando Imperatriz (MA) a Samambaia (DF), passando por Serra da Mesa (GO), numa extensão de 1.270 quilômetros. Esse empreendimento, disse o ministro, significa na prática a interligação das usinas de Itaipu (12.600 MW), Tucuruí (4.200 MW na primeira etapa e mais 4.125 MW na segunda) e Xingó (4.000 MW).

O comparecimento do ministro decorreu de requerimento apresentado pelo senador Romero Jucá (PFL-RR) e substituído também pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM).

Aprovado em plenário voto de pesar por Madre Teresa

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da missionária Madre Teresa de Calcutá, religiosa de origem macedônia, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 1979.

Para Simon, o processo de canonização de Madre Teresa de Calcutá será um dos mais rápidos já feitos pela Igreja Católica porque a missionária já foi canonizada pelo povo.

Em sua justificativa, o senador destacou que o falecimento da religiosa, no último dia 5, com certeza criará uma nova classe de excluídos que já podem ser chamados de "os sem-amor". Simon acredita que será muito difícil encontrar outra pessoa como Madre Teresa, "que tinha tudo para ser santificada em vida".

O trabalho da missionária "foi para os mais pobres", destacou Simon, que admirava Madre Teresa por ter ela se preocupado também com "os párias da sociedade, com os que praticamente não existem porque para eles ninguém olha", sendo por isso conhecida como a Santa da Sarjeta.

Simon também lamentou a morte da princesa Diana, de Gales. Segundo ele, "alguém que revolucionou a cansada nobreza inglesa".

Em aparte, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se às homenagens a Madre Teresa, destacando que a encontrou por duas vezes, quando a missionária visitou a Bahia, percorrendo obras de Alagados e outras localidades de Salvador.

Segundo Antonio Carlos Magalhães, Madre Teresa de Calcutá "bem merece ser qualificada como santa pelo muito que fez pelos pobres do mundo inteiro".

Senadores consideram proveitoso o debate

O senador Freitas Neto (PFL-PI), presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), disse que o debate com o ministro de Minas e Energia tranquilizou os senadores, salientando que o Nordeste não deverá enfrentar maiores dificuldades no setor energético, em função da possibilidade do uso racional de energia elétrica proveniente de outras regiões,

além de fontes alternativas.

Após destacar o trabalho do ministro Raimundo Brito e dos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte, o senador Romero Jucá (PFL-RR), por sua vez, disse que o quadro energético encontrado pelo atual governo era "desolador e até caótico" na região Norte do país. Conforme Jucá, "até o início da gestão do presidente Fernando Henrique

Cardoso não se via nenhuma ação e nenhum esforço governamental para atender ou sequer minorar a situação energética de Roraima e da Amazônia Legal".

Já o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) enalteceu a disposição manifestada pelo ministro de reverter o quadro de desperdício verificado principalmente no Sudeste.

Também estiveram presentes

à reunião da comissão a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP), Hugo Napoleão (PFL-PI), Ramez Tebet (PMDB-MS), Beni Veras (PSDB-CE), Jonas Pinheiro (PFL-MT), José Eduardo Dutra (PT-SE), Ottoniel Machado (PMDB-GO), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Albino Bova (PMDB-GO).

Arqueólogo é reconhecido no Senado

Os senadores aprovaram ontem dois projetos de lei que regulamentam profissão: a de arqueólogo (nível superior) e a de técnico de segurança patrimonial (nível de 2º grau). Os projetos, oriundos da Câmara, voltarão ao exame dos deputados, pois o Senado fez mudanças nas propostas.

O relator do projeto sobre arqueólogos, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), apresentou emenda ao projeto original facultando a criação de um Conselho Federal e de Conselhos Regionais de Arqueologia, cuja função será o registro profissional e a fiscalização da profissão.

CPI debate os direitos da criança

O coordenador do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Charles Roberto Pranke, disse ontem na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Trabalho Infantil que o "direito da criança é a escola e não o trabalho". Em reunião conduzida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), presidente da CPI, Pranke explicou que o Conanda, vinculado ao Ministério da Justiça, é um órgão de deliberação e controle e não executor de projetos sobre erradicação do trabalho infantil.

Para o coordenador do conselho, a criança só consegue



Pranke afirmou, na comissão, que lugar de criança é na escola

conciliar estudo e trabalho nos primeiros momentos; depois não aguenta o ritmo das atividades e acaba abandonando a escola. "Se o Brasil é o país do futuro, devemos investir na educação das crianças imediatamente", defendeu.

Participaram da reunião a de-

putada Célia Mendes, relatora da comissão, as senadoras Emília Fernandes (PDT-RS) e Benedita da Silva (PT-RJ), os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e José Alves (PFL-SE), além da deputada Marilu Guimarães e do deputado Pedro Wilson.